



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin - Governador

Poder
Executivo
seção I

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 127 • Número 62 • São Paulo, sábado, 1º de abril de 2017

www.imprensaoficial.com.br

Leis Complementares

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.300,
DE 31 DE MARÇO DE 2017

Extingue, confere atribuições aos cargos que específica do Subquadro de Cargos em Comissão –SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa – QNAL e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º – Os cargos a seguir relacionados passam a ter as seguintes denominações:

I – o cargo de Assistente Técnico Parlamentar, previsto no artigo 2º da Lei Complementar nº 710, de 3 de março de 1993, passa a denominar-se Secretário Especial Parlamentar;

II – o cargo de Assessor Técnico Parlamentar, previsto no artigo 1º da Lei Complementar nº 787, de 26 de dezembro de 1994, passa a denominar-se Secretário Especial Legislativo.

Parágrafo único – Permanecem inalterados o regime jurídico e o sistema remuneratório da classe de cargos estabelecida nos incisos I e II do artigo 1º desta lei complementar, inclusive quanto à concessão de direitos e vantagens.

Artigo 2º – Os cargos de Secretário Parlamentar I e Secretário Parlamentar II, a que se referem o artigo 3º da Lei Complementar nº 710, de 3 de março de 1993, e o artigo 3º da Lei Complementar nº 787, de 26 de dezembro de 1994, passam a denominar-se Assistente Especial Parlamentar.

§1º – Os ocupantes do cargo de Secretário Parlamentar I que não tenham a qualificação exigida para ocupar o cargo de Assistente Especial Parlamentar deverão ser exonerados na data da publicação desta Lei Complementar.

§2º – Ficam resguardados os mesmos parâmetros da denominação antiga aos servidores que:

1. tenham sido aposentados no respectivo cargo com a denominação alterada;

2. tenham a efetividade assegurada por lei declarada no cargo com a denominação alterada;

3. possuam décimos incorporados nos termos do artigo 133 da Constituição Estadual e da Lei Complementar nº 924, de 16 de agosto de 2002, que evoluíram e deverão ser recalculados sempre na mesma época e no mesmo percentual dos reajustes concedidos nas escalas de vencimentos do QNAL.

Artigo 3º – A denominação anterior, mencionada em leis, resoluções e atos normativos, fica substituída pela nova denominação de que trata esta lei complementar, abrangendo toda classe de cargos correspondente.

Artigo 4º – As despesas resultantes da aplicação desta lei complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 5º – Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente o §2º do artigo 1º da Lei Complementar nº 213, de 22 de maio de 1979; o parágrafo único do artigo 2º da Lei Complementar nº 249, de 10 de abril de 1981; o artigo 5º da Lei Complementar nº. 787, de 26 de dezembro de 1994; alterando-se, ainda, os artigos 1º, 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 710, de 3 de março de 1993; o artigo 1º da Lei Complementar nº 757, de 8 de julho de 1994; e os artigos 1º, 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 787, de 26 de dezembro de 1994.

Palácio dos Bandeirantes, 31 de março de 2017

GERALDO ALCKMIN

Helcio Tokeshi

Secretário da Fazenda

Marcos Antonio Monteiro

Secretário de Planejamento e Gestão

Samuel Moreira da Silva Junior

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, aos 31 de março de 2017.

Decretos

DECRETO Nº 62.528,
DE 31 DE MARÇO DE 2017

Estabelece, para os fins que específica, diretrizes alusivas à celebração de contratos de gestão com organizações sociais de que trata a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 47, incisos II e III, da Constituição do Estado,

Decreta:

Artigo 1º – A convocação pública de organizações sociais para os fins da Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, em detrimento das parcerias de que cuida a Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, será precedida de despacho da autoridade competente, que justificará o enquadramento do objeto, por sua natureza, na modalidade contrato de gestão.

Parágrafo único – A justificativa deverá abordar, dentre outros aspectos, a economicidade da forma estabelecida para o ajuste que se pretende formalizar.

Artigo 2º – Na celebração dos contratos de gestão de que trata a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, os órgãos e entidades da Administração Pública:

I - farão constar cláusulas:

a) fixando o subsídio mensal do Governador do Estado como limite máximo à remuneração bruta e individual, paga com recursos do contrato de gestão, dos empregados e diretores das organizações sociais, observados, para os últimos, o vínculo exclusivamente estatutário e, para todos, os padrões praticados por entidades congêneres;

b) sujeitando o ajuste a rescisão quando descumprido o disposto na alínea "a" deste inciso, salvo na hipótese de inobservância decorrente de reajuste salarial obrigatório, que venha a, na vigência do contrato, elevar a remuneração além deste limite; c) estipulando que a locação de imóvel pela organização social, com recursos do contrato de gestão, dependerá de prévia pesquisa de mercado, contendo ao menos 3 (três) imóveis de interesse, a ser submetida à Secretaria de Estado da área correspondente, que se pronunciará após consulta ao Conselho do Patrimônio Imobiliário para verificar a existência de próprio estadual disponível para uso;

d) condicionando a contratação da prestação de serviços, pela organização social, à declaração desta, por escrito e sob as penas da lei, de que não dispõe de empregados ou diretores remunerados com recursos do contrato de gestão suficientes para a mesma finalidade;

e) prevenindo que a organização social disponibilizará, em seu sítio na rede mundial de computadores, a remuneração bruta e individual, paga com recursos do contrato de gestão, de todos os seus empregados e diretores;

II - verificando que a organização social não conta, na Diretoria, com pessoa que seja titular de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública, mandato no Poder Legislativo ou cargo de dirigente estatutário de partido político, ainda que licenciados.

§ 1º - A locação de imóvel de que trata a alínea "c" do inciso I deste artigo se destinará à execução das atividades finalísticas do contrato de gestão.

§ 2º - O disposto na alínea "a" e "b" do inciso I deste artigo se aplica aos empregados e diretores das organizações sociais, independentemente da quantidade de contratos de gestão que estas mantêm com o Estado, considerando-se, para fins de incidência do limite fixado, a somatória das verbas remuneratórias de cada um.

§ 3º - Os recursos do contrato de gestão, para os fins do disposto neste decreto, abrangem, além do repasse do Estado, todas as receitas operacionais, financeiras, incentivadas ou que, a qualquer título, decorram do respectivo equipamento ou programa público sob gestão da organização social.

Artigo 3º - A cláusula de que trata a alínea "a" do inciso I do artigo 2º deste decreto estabelecerá a possibilidade de o limite de remuneração de empregados e diretores ali previsto ser acrescido:

I - em até 10% (dez por cento), caso o repasse do Estado, acrescido dos respectivos rendimentos financeiros, represente de 50% (cinquenta por cento) a 70% (setenta por cento) dos recursos do contrato de gestão;

II - em até 20% (vinte por cento), caso o repasse do Estado, acrescido dos respectivos rendimentos financeiros, represente de 30% (trinta por cento) a 50% (cinquenta por cento) dos recursos do contrato de gestão;

III - em até 40% (quarenta por cento), caso o repasse do Estado, acrescido dos respectivos rendimentos financeiros, represente de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) dos recursos do contrato de gestão;

IV - em até 70% (setenta por cento), caso o repasse do Estado, acrescido dos respectivos rendimentos financeiros, represente até 10% (dez por cento) dos recursos do contrato de gestão.

Parágrafo único - Para efeito do disposto neste artigo, o percentual do repasse do Estado, acrescido dos respectivos rendimentos financeiros, em face dos recursos do contrato de gestão, será apurado anualmente, aplicando-se, em caso de inobservância ao respectivo limite de remuneração, o disposto na alínea "b" do inciso I do artigo 2º deste decreto.

Artigo 4º - Os dispositivos adiante relacionados passam a vigorar com a seguinte redação:

I - do artigo 5º do Decreto nº 43.493, de 29 de setembro de 1998, o inciso VI:

"VI - constituição de reserva de recursos destinada a contingências conexas à execução do programa de trabalho, atendidos os seguintes preceitos:

a) a organização social abrirá conta bancária específica, observado o disposto nos §§ 4º e 5º do artigo 116 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na qual será depositada parte dos recursos financeiros repassados pelo Estado, respeitada, para esse fim, percentagem fixada pelo Secretário da Cultura, que observará o montante destinado por entidades congêneres às finalidades da conta;

b) a organização social poderá contribuir com recursos próprios para a reserva de que trata este inciso;

c) os recursos de que trata este inciso somente poderão ser utilizados, para sua estrita finalidade, com a prévia autorização do Conselho de Administração da organização social, por deliberação de 3/4 (três quartos) dos seus membros, e do Secretário da Cultura, cabendo-lhes velar por seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres;

d) ao final do contrato, o saldo financeiro remanescente na reserva a que se refere este inciso será rateado entre o Estado e a organização social, observada a mesma proporção com que foi aquela constituída;

e) caso o objeto do contrato de gestão seja novamente submetido a convocação pública, os recursos da reserva de contingência a que se refere este inciso poderão, mediante autorização do Secretário da Cultura, ser transferidos à nova organização social contratada, para constituição de reserva com a mesma finalidade;

f) o valor transferido nos termos da alínea "e" deste inciso será identificado nas prestações de contas da nova organização

social gestora e poderá ser utilizado, ainda, sempre mediante autorização do Secretário da Cultura, para a realização de novas atividades conexas ao objeto do ajuste, a serem pactuadas por convocação da entidade;

g) verificado o disposto nas alíneas "e" e "f" deste inciso, a porcentagem de que trata a alínea "a", a ser fixada para a nova organização social gestora, não será inferior à do contrato de gestão anterior, desconsiderados, para tanto, os recursos originários da reserva de contingência precedente."; (NR)

II - o artigo 13 do Decreto nº 57.105, de 6 de julho de 2011:

"Artigo 13 - A organização social deverá constituir reserva de recursos destinada a contingências conexas à execução do programa de trabalho, atendidos os seguintes preceitos:

I - a organização social abrirá conta bancária específica, observado o disposto nos §§ 4º e 5º do artigo 116 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na qual será depositada parte dos recursos financeiros repassados pelo Estado, respeitada, para esse fim, percentagem fixada pelo Secretário dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que observará o montante destinado por entidades congêneres às finalidades da conta;

II - a organização social poderá contribuir com recursos próprios para a reserva de que trata este artigo;

III - os recursos de que trata este artigo somente poderão ser utilizados, para sua estrita finalidade, com a prévia autorização do Conselho de Administração da organização social, por deliberação de 3/4 (três quartos) dos seus membros, e do Secretário dos Direitos da Pessoa com Deficiência, cabendo-lhes velar por seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres;

IV - ao final do contrato, o saldo financeiro remanescente na reserva a que se refere este artigo será rateado entre o Estado e a organização social, observada a mesma proporção com que foi aquela constituída;

V - caso o objeto do contrato de gestão seja novamente submetido a convocação pública, os recursos da reserva de contingência a que se refere este inciso poderão, mediante autorização do Secretário dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ser transferidos à nova organização social contratada, para constituição de reserva com a mesma finalidade;

VI - o valor transferido nos termos do inciso V deste artigo será identificado nas prestações de contas da nova organização social gestora e poderá ser utilizado, ainda, sempre mediante autorização do Secretário dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para a realização de novas atividades conexas ao objeto do ajuste, a serem pactuadas por convocação da entidade;

VII - verificado o disposto nos incisos V e VI deste artigo, a porcentagem de que trata o inciso I, a ser fixada para a nova organização social gestora, não será inferior à do contrato de gestão anterior, desconsiderados, para tanto, os recursos originários da reserva de contingência precedente.

Parágrafo único - Constará como cláusula dos contratos de gestão a obrigatoriedade de a organização social, ao término de seu ajuste, fornecer todas as informações necessárias à nova organização social eventualmente contratada, inclusive no que se refere ao quadro de pessoal.". (NR)

Artigo 5º - O artigo 5º do Decreto nº 43.493, de 29 de setembro de 1998, fica acrescido, com a redação que segue, dos dispositivos adiante indicados:

I - inciso VII:

"VII - obtenção mínima de receitas operacionais, incentivadas ou que de outra forma decorram do respectivo equipamento ou programa público sob gestão, observando-se o potencial econômico correspondente e a participação crescente em termos proporcionais, ano a ano, das mesmas receitas em face do repasse do Estado e seus rendimentos financeiros.";

II - § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º: "§ 2º - Constará como cláusula dos contratos de gestão a obrigatoriedade de a organização social, ao término de seu ajuste, fornecer todas as informações necessárias à nova organização social eventualmente contratada, inclusive no que se refere ao quadro de pessoal.".

Artigo 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 54.340, de 15 de maio de 2009.

Palácio dos Bandeirantes, 31 de março de 2017

GERALDO ALCKMIN

Linamara Rizzo Battistella

Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Samuel Moreira da Silva Junior

Secretário-Chefe da Casa Civil

Saulo de Castro Abreu Filho

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 31 de março de 2017.

Casa Civil

AGÊNCIA METROPOLITANA
DE CAMPINAS

Comunicado

A Diretora Executiva da Agência Metropolitana de Campinas – Agemcamp, convoca a Empresa I.A. BUENO INSTALAÇÕES E MANUTENÇÕES – ME, inscrita no CNPJ 26.725.578/0001-47, licitante vencedor do Pregão Eletrônico Agemcamp 002/2017, tratada no Processo Agemcamp 092/2016, para a apresentação da documentação conforme item 5, letra e, do Edital de Pregão Eletrônico Agemcamp 002/2017, sendo que o prazo encerra-se no dia 03-04-2017. Fica a licitante ainda convocada para a realização da assinatura do contrato dentro dos prazos estabelecidos em Edital, sendo que o prazo encerra-se no dia 05-04-2017.

Cumprido os prazos acima, a Empresa deverá realizar o início dos serviços de acordo com o determinado no Edital, sendo que a partir da presente convocação o prazo para início dos serviços fica estabelecido para o dia 10-04-2017, considerando-se os limites máximos previstos em Edital e considerando a presente convocação.

Governo

CORREGEDORIA GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO

Portaria ADM CGA 5-2017

Delega atribuição de Administrador Setorial e define os Operadores do Sistema Informatizado – CADIN Estadual no âmbito da Corregedoria Geral da Administração

O Presidente da Corregedoria Geral da Administração, à vista do disposto no item "3", do § 2º, do art. 14 do Dec. 57.500-2011 e em face da Lei Est. 12.799-08, que criou Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual e o decreto 53.455-08, que a regulamentou, juntamente com a Resolução SF-44, de 19-9-08; e com fundamento na Portaria CAF-G 36, de 3-10-08, que dispõe sobre as normas operacionais do CADIN, a serem observadas pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, estabelece:

Artigo 1º - Em conformidade com o disposto no §1º do art. 3º, da Lei 12.799-08, fica delegada a competência à Sandra Lúcia Fernandes Marinho, RG: 8.061.076-6, CPF: 667.767.168-20, Corregedora, para o exercício das atribuições previstas ao Administrador Setorial da Corregedoria Geral da Administração, conforme arts. 6º e 7º da Portaria CAF-G 36/08.

Artigo 2º - Ficam designados como Operadores Setoriais do Sistema Informatizado - CADIN Estadual, em conformidade com o §1º e caput do art. 7º da Portaria CAF-G 36/08:

Operador Nível II:

- Alexandre Guerrero Mendes, RG 18.816.809 - CPF: 137.240.268-38, Corregedor Coordenador da Setorial Educação;
- Andrea Delmoro Oliveira, RG: 42.734.637-X SSP/SP, CPF: 316.354.108-94, Oficial Administrativo;
- Augusto Jun Tanaka, RG 8.982.388-6 - CPF 088.152.238-43, Corregedor;
- Cristiane Marques do Nascimento Missiato, RG 33.150.876-X - CPF 219.502.988-92, Corregedora;
- Daniel de Souza Camacho, RG: 28.954.333-2 SSP/SP, CPF: 277.890.468-96 - Executivo Público;
- Giovana Apuzzo Zappala, RG 19.870.288-7 - CPF 163.449.488-17, Corregedora;
- Herbert Gonçalves Espun, RG. 14.193.101 - CPF: 014.413.288-58, Corregedor;
- Leide Marques Quaresma da Silva, RG 19.512.199-5 - CPF 082.337.238-35, Corregedora;
- Márcia Luiza de Oliveira Garcia, RG 19.120.517-5 - CPF: 114.792.978-52, Diretora Técnica III;
- Maria Erisene Costa Matsuhima, RG 28.234.705-7 - CPF: 337.211.573-20, Executivo Público;
- Marina Monteiro Gonçalves, RG 43.504.514-3 - CPF: 338.423.268-23, Corregedora;
- Miriam Deble de Freitas - RG 6.159.310 - CPF: 992.193.958-00, Corregedora;
- Natália Nicodemus Orico, RG 30.289.222-9 - CPF 340.445.558-42, Agente de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica;
- Patrícia Guerra, RG: 19.895.704-4 - CPF: 252.201.118-92, Corregedora Coordenadora da Setorial Planejamento e Desenvolvimento Regional;
- Renê Fernando Cardoso, RG 19.234.695-7 - CPF: 128.459.558-71, Corregedor;
- Ricardo de Souza Lemes, RG 34.973.917-1 - CPF: 322.321.258-23, Executivo Público;
- Roberto Baptista Junior, RG: 1.099.247 - CPF: 490.578.471-91, Corregedor;
- Valter Moraes da Silva, RG 18.719.697 - CPF: 044.669.878-40, Oficial Administrativo.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS
PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE
DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE PROCEDIMENTOS E LOGÍSTICA

Despacho do Diretor, de 31-03-2017

Processo 022.705/17 (F3-1947) - Rita de Cássia Lima Ferreira & Cia. Ltda - ME. DEFIRO EM TERMOS o requerido pela empresa às fls. 03/04 do presente, e assim AUTORIZO seu registro junto ao Serviço de Fretamento desta Agência em vez de renovação (vencido em 27-12-2016), nas modalidades de Contínuo e Eventual, pelo prazo de 05 anos a contar desta publicação.

Processo 022.747/17 (F4-1960) - Hilário Transporte de Passageiros Ltda - ME. DEFIRO EM TERMOS o requerido pela empresa às fls. 03/04 do presente, e assim AUTORIZO seu registro junto ao Serviço de Fretamento desta Agência em vez de renovação (vencido em 06-03-2017), nas modalidades de Contínuo e Eventual, pelo prazo de 05 anos a contar desta publicação.